

Conforme o plano estabelecido pelo «Projecto de Investigação» *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*, publica-se agora o inventário da biblioteca – que os seus autores designam por *Mapa da Livraria* – do convento franciscano de Santo António de Ponte de Lima (A. D. Braga, Fundo Monástico-Conventual, FN-21), levado a cabo no âmbito do arrolamento dos bens monásticos e conventuais, em consequência da extinção das ordens religiosas regulares em 1834. Na introdução à publicação do primeiro volume, respeitante ao *Inventário da Livraria de Santo António de Caminha* (Porto, 1998), não só expusemos já o plano de investigação em que o Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade (C. I.U.H.E) se vem empenhando, mas também tentamos situar quer este tipo de pesquisa no quadro historiográfico a que pertence quer compreender algumas das questões que se levantam em torno desses mesmos inventários. Remetendo para essa espécie de introdução geral, compreende-se que aqui apenas nos detenhamos nas questões que mais imediatamente dizem respeito aos aspectos materiais do inventário que agora se publica e, em breve notícia, ao convento de Ponte de Lima.

O manuscrito está truncado e, por isso, embora já tenhamos referido a importância deste «Mapa» para a compreensão da organização dos diversos inventários, pois é o único que apresenta a prévia distribuição das matérias – «Classes em que vai dividido este mapa» –, convirá repeti-lo aqui, ainda uma vez, para mais facilmente se perceberem as falhas do ms. que se publica. Os inventariadores, seguindo, certamente, indicações da comissão nacional encarregada dessa inventariação e recolha de bens transmitidas em 1836 pelos Governos Civis, – hipótese fundamentada, como já tivemos ocasião de expor, na uniformidade dos inventários quanto à ordem por que os livros aparecem registados –, agruparam os livros de acordo com as seguintes: *Classe I (Bíblías, Concordâncias, Santos Padres,*

*Intérpretes, História Sagrada*); Classe II – Teologia (Dogmática, Moral, Mística, Ritos, Cerimónias); Classe III – Jurisprudência (Direito Natural, Civil, Canónico, Pátrio, Regular); Classe IV – Ciências e Artes (Filosofia, Física, Matemática, História Natural, Agricultura, Medicina e Cirurgia, Náutica, Pintura e Música, Economia, Política); Classe V – Belas Letras (Dicionários, Gramáticas, Poetas, Mitologia, Comédias, Oradores); Classe VI – História (Profana, Eclesiástica, Vidas de Santos e Homens Ilustres, Cronologia, Geografia, Viagens); Classe VII – Filologia (Clássicos, Diplomática, Genealogia, Cartas, Emblemas, Adágios, Novela, Apologias, Diálogos).

Naturalmente, nem todas estas matérias estão presentes em todos os inventários e nem sempre os inventariadores observaram rigorosamente essas classificações. O que aqui, porém, interessa é chamar a atenção para que no Inventário que agora se publica, a *Classe I – Biblias, Concordâncias...*, etc., e a *Classe II – Teologia* não apresentam todos os livros inventariados, porque, como já aludimos, o ms. está falho de 2 folhas, representando a falta de, cerca de 80 títulos. Precisando um pouco melhor, poderá verificar-se que na *Classe I* faltam cerca de 38 / 40 títulos e na *Classe II*, embora tenhamos algumas informações sobre formatos, línguas, número de volumes, etc., faltarão cerca de 40 títulos, números calculados a partir do número de obras que, em média, vêm registadas nas restantes folhas. Como nos propusemos transcrever os inventários, mantivemos, neste último caso, todas as indicações e anotamos as que foi possível anotar. Deste modo, as obras inventariadas não foram as 856 que actualmente figuram no ms., mas, sim, um pouco mais: o seu número total deveria rondar as 930. Uma pequena livraria.

Será, igualmente, necessário atender a que o esquema de descrição de cada título – esquema que, como já sugerimos, dada a sua uniformidade nos diferentes inventários, deverá ter sido fornecido aos inventariadores que nem sempre, v. g. em Santo António de Caminha, o seguiram à risca –, é o seguinte: *Matéria* (= título da obra),

*Autor,*  
*Lugar de impressão,*  
*Ano da edição,*  
*Número de volumes,*  
*Formato,*  
*Língua em que é escrito,*  
*Estado da obra,*  
*Número de dobrados e diversas edições,*  
*Fragmentos (nº de volumes e matéria),*  
*Observações<sup>1</sup>.*

Haverá, portanto, que ler cada «ficha» do inventário de acordo com esta disposição, que no Inventário se mostra em horizontal – daí que o digam Mapa.

Por outro lado, será fácil verificar o bom estado de conservação da biblioteca, pois, a julgar pela opinião dos inventariadores, apenas cerca de 46 obras estariam em «mau» estado, número que poderia ser um pouco mais elevado se conhecêssemos todas as obras inventariadas. De qualquer modo, em muito melhor estado de conservação que a de Caminha, onde o número de «maus» e «arruinados» era muito superior. Ainda que a quantidade de sermonários seja, como sempre nestas bibliotecas conventuais, muito significativo – em Caminha os sermões constituíam mais de metade dos seus fundos –, em Santo António de Ponte de Lima, como já tivemos ocasião de aludir, não estamos perante uma biblioteca predominantemente destinada a pregadores – embora nunca possamos vir a saber o número exacto de sermões impressos avulsos e em colecção de autor que possuía, pois, talvez faltos de paciência e sobrados de urgência, os inventariadores encaixotaram muitos de que não deram sequer o título... (nºs 675, 676, 677) –, mas, sim, diante de uma biblioteca de uma

---

<sup>1</sup> Como se poderá verificar, os inventariadores da livraria de Santo António de Caminha omitiram as três últimas referências.

casa de estudos e formação. É de destacar a sua colecção de exemplares da *Bíblia* e consequentes *Concordantiae* e *Commentaria*... - núcleo que distingue imediatamente esta biblioteca da de Caminha -, o peso da Teologia Moral... - e no âmbito desta a literatura de «casos»<sup>2</sup> -, e do Direito Civil e Canónico..., a Filosofia<sup>3</sup>..., uma maior atenção à cronística das ordens religiosas, ainda que com uma mais que natural incidência na franciscana..., a sua «amostra» de clássicos latinos - Cícero..., Séneca..., Tito Lívio..., Horácio..., Plauto..., Ovídio... - e a pobreza dos clássicos portugueses representados, ainda que em grande, por *Os Lusíadas* (n.º 566) e as *Rimas* (n.º 645) de Camões..., os apontamentos da literatura emblemática... Curiosamente, também nela não falta algum aceno a obras «úteis» - *L'art de la teinture du coton*, de 1776 (n.º 546), *Le parfait teinturier*, Bruxelles, 1771 (n.º 547), *Luz de Medicina*, Coimbra, 1727 de Morato Roma (n.º 548) - em que poderíamos ser tentados a ver algum eco da actividade da *Sociedade Económica de Ponte de Lima* - fundada em 1779 -, grémio em que o senhor da Quinta da Lama em Arcozelo, João Abreu Maia, Doutor em Teologia, e um dos fervorosos fundadores dessa *Sociedade Económica*, tanto se interessou pela produção «industrial» de «tecidos de linho acassados, riscados, quadrados» pela «fiação do algodão e da seda de que unicamente [tinha] o

---

<sup>2</sup> Manuel da ESPERANÇA, *Historia serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal* (I, 31), I, Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1656, 119 recorda que Fr. Cristóvão da Conceição (†1647) na sua cela não tinha mais que «huns livrinhos de casos de consciencia, e outros de devoção», apontamento que ilustra quer a importância dessa literatura no seu quotidiano quer o facto sabido da existência de outras obras nos conventos além das que se guardavam nas livrarias.

<sup>3</sup> António Alberto de ANDRADE, *A orientação do estudo da Filosofia nos franciscanos (século XVIII)* in *Brotéria*, 43 (1946), 34-56, resenha ainda muito útil que permite verificar que a casa de Ponte de Lima não destoava do rumo predominante na Ordem em Portugal.

engenho, que liberalmente [franqueava] a todas as pessoas que dele se [quisessem] servir...»<sup>4</sup>.

Terá interesse ainda notar que na livraria de Ponte de Lima mais de metade dos seus fundos é constituído por obras dos fins do século XVII e, em maior proporção, do século XVIII, e que, tal como na de Caminha, os títulos mais recentes (5) nela entrados foram publicados entre 1800 e 1819 (n.ºs 410, 419, 534, 732, 845), o que se diria sugerir que os trinta e três anos do século XIX em que ainda funcionou não foram de ampliação dos seus fundos. A turvação dos tempos – invasões..., revoltas..., mudanças políticas... – não era de molde a favorecê-la. Só isso? Não sabemos. No entanto, o simples folhear do inventário permitirá verificar que a pequena livraria do convento de Ponte de Lima, independentemente dos seus oito incunábulo, não era propriamente uma livraria «insignificante»<sup>5</sup>.

Convirá ainda dizer uma palavra sobre a identificação das obras e autores do inventário. Para além das dificuldades quase sempre inerentes a este tipo de investigação sobre velhos

---

<sup>4</sup> Manuel Gomes de Lima BEZERRA, *Os estrangeiros no Lima*, Coimbra, Real Officina da Universidade, I, 1785, 242 (O segundo volume da obra apareceu em 1791, também editado pela Real Officina da Universidade e de ambos há edição fac-similada, Viana do Castelo, 1992, acompanhada de um III volume de «Estudos sobre o autor e a obra» por José Adriano de F. Carvalho, Ivo Carneiro de Sousa, José Augusto P. S. Pizarro, Maria de Lurdes C. Fernandes, Zulmira Coelho dos Santos, João Arriscado Nunes e Pedro V. Tavares).

<sup>5</sup> António Alberto de ANDRADE, *A orientação do estudo da Filosofia nos franciscanos (século XVIII)* in *Brotéria*, 43 (1946), 34-56 (56), informa que o franciscano António de Jesus Maria José da Costa, em carta de 1778, «classificava de insignificantes todas as livrarias dos conventos da sua Província, “à excepção de uma ou duas”», remetendo para o *Boletim de Bibliografia Portuguesa...*, 2.º vol. (sem mais) que não podemos localizar e, por isso, não sabemos qual a província franciscana visada.

«catálogos», o caso da biblioteca de Ponte de Lima ofereceu algumas acrescentadas, em virtude de muitos títulos em latim ou em língua vulgar não portuguesa virem traduzidos em português, quando não aportuguesados, tal como muitos dos nomes de autor. Por outro lado, como será fácil de verificar, os inventariadores nem sempre escreveriam os títulos e os nomes dos autores por cópia directa dos respectivos volumes, mas de acordo com o que lhes soava o que lhes ia sendo ditado. Só assim, se poderá explicar – e, ainda assim, talvez – que Simon de Corroy venha dado por Simone Coroi (nº315)..., Gregory Sayro por Soeiro (nº329)..., Pedro de Almendralejo por Alexandre Lejo (nº 333)..., Robert Holkoth por Roberto Bolkot (nº389)..., José Vela de Oreña por Vila d’Oranha (nº 525)...., Baltasar Teles por Teles Barbosa (nº 551)..., Giovanni Botero por Botiri Benese (nº 838)..., J. Giovanni di San Gimignano por Joannes Geuminiano (nº 841)..., etc.. O mesmo se dirá da data de algumas edições: 1789 por 1779 (nº 637)..., 1784 por 1794 (nº 640), por exemplo, casos estes em que, em nota, sugerimos a possibilidade de erro, erro fatal, porque induz a possibilidade de uma edição que pode não ter existido e que obrigou a horas de pesquisa... Muitas vezes, tão aturada como infrutífera. E teremos a certeza de que não há um Frave Oleandro, autor de uma *Silva de Varia Licção* – ou de qualquer outra obra com esta confundida –, publicada em Anvers como a de Pedro Mexia (nº 782)? Não conseguimos, contudo, explicar a razão por que Fr. Lucas de Santa Catarina se «transformou» em Correia (nº 326)..., Paul Aller em Ritomagi (nº 624)..., Martín de San José em Campanha (nº 516)... E como compreender que se omitam, muitas vezes, em obras em bom estado de conservação, alguns dados da descrição bibliográfica, como, por exemplo, os daquela edição do *Compendium Theologiae Veritatis* (nº405) de que, no formato indicado (12º) e de Lyon, não foi possível encontrar qualquer referência? Aludamos, por fim, a alguns exemplos da confusão entre o nome do autor e o da personalidade a quem foi dedicada a obra (nº 202, 338, 690) ou da troca do nome do tradutor pelo do autor (nº 671, 681)... Lastimemos que os inventariadores não tenham registado os manuscritos da

biblioteca, pois, como indicam em nota final, «os manuscritos e fragmentos que [eram] de nenhum merecimento [iam] no caixão n.º 23»... Hoje, para julgar essa falta de merecimento – dos manuscritos e dos fragmentos ou só dos fragmentos? – preferiríamos conhecer os seus títulos que não o n.º do caixote... Aliás, a conotação fúnebre de caixão está como que a sugerir-nos hoje o enterro – e perda total – desse fundo da biblioteca que muito gostaríamos de conhecer... Erros e decisões que dizem de um método de trabalho, de uma cultura e, talvez, das urgências...

O inventário, porém, permite chamar a atenção para a actividade de uma casa editora francesa no Porto – a Clamopin Durand, Grouteau et Compagnie – que nessa cidade publicou, em 1772, *Les moeurs des israélites et des chrétiens* (n.º 739)<sup>6</sup>.

## II

Resta dizer algo sobre o convento em que, até 1834, se conservou a biblioteca cujo inventário acabado em 1836 hoje se publica. Mais do que saber que os seus fundadores foram os primeiros viscondes de Vila Nova de Cerveira, D. Leonel de Lima e D. Filipa da Cunha, à volta de 1480/1481 – ainda que só em 1497 se considerou canonicamente fundado – interessará saber que é um bom exemplo das vicissitudes dos tempos e das divisões por que, em nome da procura de mais perfeita

---

<sup>6</sup> Maria Olímpia da Cunha LOUREIRO, *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*, Porto 1994, 193 refere um Francisco Clamopin Durand, autor de um «método» para aprender francês, que deverá ser o editor de *Les moeurs des Israélites et des chrétiens*, mas, a estar pelo «Catálogo de Oficinas Impressoras» e pelo «Catálogo dos Livros Editados no Porto» (Apêndice III, 5 e 6, respectivamente), elaborados a partir das obras citadas na documentação que utilizou, nem a obra de Fleury nem o seu editor portuense terão conhecido qualquer leitor à volta de 1772.

observância da Regra, passaram os franciscanos... Quase desde os tempos do seu Pai fundador... Com efeito, segundo Fr. Fernando da Soledade<sup>7</sup> e Fr. Martinho do Amor de Deus<sup>8</sup>, os principais cronistas franciscanos que abordam a sua história, o convento, embora seguindo o risco da «planta commua de todos os capuchos nas nossas igrejas, officinas, claustros, domitorios e lamedas»<sup>9</sup>, teria sido construído em termos de grandeza que não condideria com o teor de vida observante, ainda bem rigorosa por esses dias em que o diligentíssimo, austeríssimo e «grande amigo de livros» Fr. João da Póvoa governava, como comissário provincial, os observantes portugueses. Por estes dias, as casas observantes ainda eram pouco mais que minúsculos oratórios, como a de Tentúgal,

---

<sup>7</sup> Fernando da SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, III, Lisboa, Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1705, 381-393.

<sup>8</sup> Martinho do AMOR DE DEOS, *Chronica da Provincia de S. Antonio da regular, e estreita observancia da Ordem do Patriarcha S. Francisco no instituto capucho deste reino de Portugal*, I, Lisboa, Officina de Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1740, 392-433. Tanto quanto nos foi possível controlar a bibliografia sobre a história do convento de Santo António de Ponte de Lima, são as crónicas referidas a melhor fonte para a sua recuada história, já que obras como o *Roteiro da Ribeira de Lima que o conde de Aurora escreveu* (utilizamos a «Quarta edição fac-similada da terceira e actualizada» por Artur Anselmo), Ponte de Lima, 1996 ou Eduardo Pires de Oliveira (Coordenador), *Vale do Lima: Um rio dois países*, Braga (?), 2001, dado o seu carácter de útil e atraente divulgação turística, não dedicam a esse monumento mais do que algumas linhas. E já agora, sejam permitida a opinião de que um Fr. Pedro da Carnota (†1571), um santo morador desse convento em cuja sacristia ainda hoje se lê, com emoção, o seu nome gravado na pedra tumular, não será menos merecedor de recordação que o Beato Francisco Pacheco, apesar de não ter imagem na Matriz de Ponte de Lima...

<sup>9</sup> Martinho do AMOR DE DEOS, *Chronica da Provincia de S. Antonio...*, ed. cit., 398.

para dar um exemplo célebre de que nos meados do século XVII ainda havia vestígios que o podiam mostrar<sup>10</sup>... No entanto, a essa grandeza dos «edifícios demasiadamente espaçosos» de Ponte de Lima, «mais propios para frades da Claustra, que dos professores da Observancia»<sup>11</sup>, não corresponderia uma solidez de obra – «fundação cheya de erros, e obra mal segura»<sup>12</sup> –, pois em 1578 estava «tudo tão velho»...que a casa teve que ser largamente reconstruída «e com mayor estreiteza»<sup>13</sup>, e para isso «quasi deitarão o convento abayxo»<sup>14</sup>... Se não sabemos como era o convento, pois dele nada ou quase nada resta, podemos imaginar um pouco o esplendor – para esse tempo, claro – da sua igreja através do que nela ainda hoje se pode ver, se não exactamente desses dias, de tempos próximos, como, por exemplo, os belos arcos manuelinos da veneradíssima imagem da capela da Senhora da Piedade, também chamada dos Viscondes, cuja imagem está estreitamente ligada às esmolas para o restauro do convento. Também não nos é possível senão imaginar os entornos da

---

<sup>10</sup> Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da ordem dos Frades Menores na Provincia de Portugal. Segunda Parte* (12, 5), Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, 654: «E assi ficou todo o convento [Santa Cristina de Tentugal] terreo, tão humilde, e estreito que neste particular era hũa maravilha. Ainda hoje se vem na parede do lado do refeitório os sinais das portinhas das suas primeiras celas; e não abafavam dentro os nossos Padres antigos, porque muito bem sabião, que da cela vai caminho seguido pera o Ceo».

<sup>11</sup> Fernando da SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, III, 382.

<sup>12</sup> Fernando da SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, III, 382; Martinho do AMOR DE DEOS, *Chronica da Provincia de S. Antonio...*, ed. cit., 396

<sup>13</sup> Fernando da SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, III, 382.

<sup>14</sup> Martinho do AMOR DE DEOS, *Chronica da Provincia de S. Antonio...*, ed. cit., 396.

sua implantação, quando, em razão de «o sitio, vistas das correntes do Lima, e das barcas, que por ele [navegavam], frescura das plantas que lhe [matizavam] as margens, [era] por extremo alegre, e admiravelmente proporcionado à vida religiosa». Imaginemos ainda «as [suas] hortas, que sempre forão acompanhadas de bellissimos pomares, [...] e pelas matas, aonde se achão muytos lugares devotos...»<sup>15</sup>, «paraíso» que o século XVIII ainda conheceu. Compreende-se que, embora situado, já então, «junto do povo, para poder socorrello em suas necessidades espirituas, na sua disposição e recolhimento [parecesse] estar situado em hũa soledade remota»<sup>16</sup>. Por outro lado, o convento permaneceu no âmbito da Província de Portugal da regular observância desde os dias da sua fundação até 1578, data em que, tendo sido criada, a partir das casas de recolecção da Província de Portugal, a Província de Santo António *sctriictioris observantiae* – acto logo seguido da supressão dos franciscanos conventuais em Portugal –, a casa de Ponte de Lima, embora não fosse das de recolecção, foi-lhe agregada e no âmbito dessa província da família franciscana de *sctriictioris observantiae* – vulgarmente dita capucha e daí que os seus membros fossem conhecidos por capuchos, que não há que confundir com os franciscanos capuchinhos – permaneceu até 1705. Nesta data, tendo sido criada a Província da Conceição, formada por todos os conventos da de Santo António ao norte do Mondego – com excepção do de Cantanhede –, a casa de Ponte de Lima passou, naturalmente, para esta nova província. O Inventário da sua biblioteca atesta, em parte, a história destas mudanças organizativas que não de espírito, ao conservar os *Estatutos da Provincia de Santo António*, Lisboa, 1673 (nº 764) e os *Estatutos da Provincia da*

---

<sup>15</sup> Fernando da SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, III, 382.

<sup>16</sup> Fernando da SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, III, 382.

*Conceição*, Coimbra, 1735 (nº 763). A esta última província pertencia quando chegou a ordem da extinção das ordens religiosas e do arrolamento dos seus bens, neste caso, dos seus livros manuscritos e impressos.

Porto, 29 de Maio de 2003

Em nome de todos os Colaboradores

*José Adriano de Freitas Carvalho*